

- REQUERIMENTO** Número 200 IX (13) AE
a)
- PERGUNTA** Número IX (
a)

Expeça-se

Publique-se

2010 021 11

O Secretário da Mesa

Assunto: Programas de combate ao Desemprego e Desemprego Jovem

Destinatários: Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional, Dr. Francisco Madelino

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Em Portugal, a taxa de desemprego nos últimos tempos tem continuado a crescer, muito por culpa do encerramento de várias micro, pequenas e médias empresas, não fossem estas representativas de mais de 90% do tecido empresarial do nosso país.

Este panorama tem teimado em repercutir-se de modo mais intensivo e progressivo sobre a classe etária mais jovem, abrangendo tanto jovens com formação genérica, bem como jovens com formação técnica profissionalizante, sendo que também se assiste à persistência e agravamento do fenómeno de desemprego entre os jovens com formação Superior, colocando Portugal na cauda da Europa relativamente a este assunto, o que não deixa de assumir-se como paradoxal e aberrante, considerando o baixo nível de iliteracia do país.

Os deputados subscritores consideram que é necessário desenvolver estratégias tendentes à correcção deste "status quo", em que por um lado exista a capacidade e conhecimento técnico da força de trabalho ao dispor dos empresários, sendo assim fundamental uma séria e forte aposta no ensino técnico profissionalizante, bem como medidas que ofereçam segurança aos jovens e aos estudantes universitários, visto que o fantasma do desemprego nunca os deixará de acompanhar durante todo o seu percurso académico.

Torna-se ainda mais crucial revestir o Estado de ferramentas eficientes que consigam promover a empregabilidade de todos os cidadãos, adequadas à escolaridade e à prévia experiência profissional, caso exista, dos candidatos.

Por outro lado, é fulcral exigir destas ferramentas a maior transparência, para que os programas de combate ao desemprego sejam vistos como justos e eficazes, e como um apoio àqueles que por vicissitudes da vida e da conjuntura económica perderam os seus empregos ou não conseguiram sequer um trabalho.

O Governo deverá primar sempre por garantir que os programas de combate ao desemprego não sejam um sustento de indigentes acomodados a explorar a máquina do Estado, mas sim um amparo e uma nova oportunidade para os cidadãos que deles necessitem.

Perguntam os Deputados abaixo-assinados, através de V. Exa., ao Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Dr. Francisco Madelino, que lhes sejam enviados os dados disponíveis que atestem os resultados práticos obtidos com as seguintes medidas promovidas pelo IEFP, incluindo verbas atribuídas em apoios, número de cidadãos abrangidos pelos programas, dotação orçamental para cada programa em 2010, e outros dados que considere pertinentes para demonstrar a eficiência das actividades do seu Instituto, relativos aos seguintes programas :

1. Apoio ao Emprego em Micro e Pequenas Empresas;
2. Apoio à Contratação de Jovens;
3. Apoio à Redução da Precariedade no Emprego dos Jovens;
4. Programa Qualificação-Emprego;
5. INOVJOVEM;
6. Iniciativa Emprego 2009.

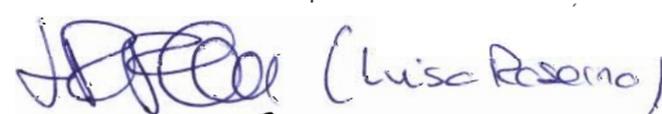
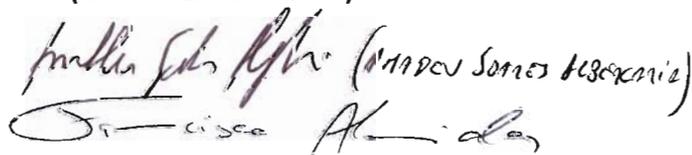
Questiona-se também sobre se os programas referidos anteriormente, que tenham sido encerrados ou suspensos, voltarão a ser reabertos e, se em caso positivo, em que condições o serão.

Palácio de São Bento, 9 de Fevereiro de 2010.

Deputado(a)s:

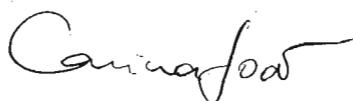


(António Leitão Amaro)



Vânia Jesus

Carla Santos



(NUNO REIS)